

Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS

PARECER DA COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO:

Parecer nº 113, de 25 de novembro de 2019.

Projeto de lei nº 090, de 08 de novembro de 2019.

De autoria do Chefe do Poder Executivo, o projeto em epígrafe dispõe sobre a Alteração dos Programas, Objetivos e Metas da Administração Municipal referente ao Plano Plurianual do Quadriênio 2018-2021, instituído pela Lei Municipal nº 4.525/2017, e dá outras providências.

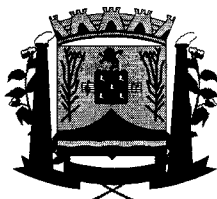
Na mensagem anexa a proposição, o chefe do Executivo mencionou que *“(...) o Plano Plurianual (PPA) é um instrumento previsto no art. 165 da Constituição Federal destinado a organizar e viabilizar a ação pública, com vistas a cumprir os fundamentos e os objetivos da República (...).”*

Ainda, no que tange a mensagem anexa à proposição, o representante legal do município relatou que *“No sistema de planejamento do setor público, no Brasil, é composto por 03 normas distintas, todas integradas: a Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, o Plano Plurianual - PPA, e a Lei de Diretrizes Orçamentárias - PPA.”*

Prossegue o Chefe do Poder Executivo asseverando que *“Tendo em vista que essas leis são elaboradas em momentos distintos, por vezes é necessário realizar adequações, como as alterações ora propostas, para que não haja divergência entre uma norma e outra. Nos dois casos, aliás se trabalha com projeções. Passados vários meses da apresentação da LDO, algumas dessas projeções são confirmadas e outras não, de sorte que a atualização se torna necessária, notadamente quando, no momento de elaboração da Lei Orçamentária Anual, percebe-se a discrepância de dados.”*

Na sequência do processo legislativo, vem a proposição à análise desta Comissão, a fim de ser apreciada quanto aos seus aspectos constitucional, legal, jurídico, e redacional, conforme previsto no artigo 48, do Regimento Interno.

No que concerne à iniciativa para legislar sobre a matéria, a Constituição da República Federativa do Brasil, através da dicção do dispositivo do artigo 165, I, II, III, § 1º estabelece que se trata de matéria de competência exclusiva do poder executivo, conforme enunciado do dispositivo legal abaixo descrito.



Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS

“Art. 165. Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:

I – o plano plurianual;

II – as diretrizes orçamentárias;

III – os orçamentos anuais;

§ 1º A lei que instituir o plano plurianual estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.

De igual forma, levando em consideração ao poder constituinte derivado decorrente, a Constituição da República Federativa do Brasil atribuiu autonomia aos demais entes federados para se organizarem nos seus aspectos político, administrativo, e financeiro por meio de suas próprias Constituições quando se tratar de estados membros, e através da Lei Orgânica quando se tratar de municípios.

Assim sendo, ainda quanto a iniciativa para legislar sobre a matéria, a Lei Orgânica Municipal, através da dicção do artigo 144, I, estabelece que é de competência exclusiva do poder executivo local.

Feito a análise prévia sobre as considerações iniciais referentes a iniciativa reservada ao ente federado para legislar sobre a matéria em questão, passaremos a análise dos aspectos constitucional, jurídico e redacional da proposição.

O artigo 144, § 1º, I, II, III e o art. 145 da Lei Orgânica Municipal, estabelecem os critérios a serem observados no projeto de lei que dispõe sobre o Plano Plurianual, conforme dicção legal abaixo descrita.

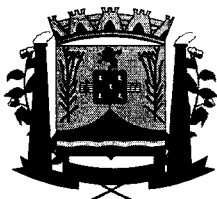
“Art. 144 Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:

I – o plano plurianual;

II – as diretrizes orçamentárias;

III – os orçamentos anuais.

(...)



Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS

§ 1º O plano plurianual compreenderá:

I – diretrizes, objetivos e metas para as ações municipais de execução plurianual;

II – Investimentos de execução plurianual;

III – gastos com a execução de programas de duração continuada.

(...)

Art. 145 Os planos e programas municipais de execução plurianual ou anual serão elaborados em consonância com o plano plurianual e com as diretrizes orçamentárias, respectivamente, e apreciados pela Câmara Municipal."

A proposição foi elaborada com a finalidade de alterar os Programas, Objetivos e Metas da Administração Municipal referente ao Plano Plurianual do Quadriênio 2018-2021 instituído pela Lei Municipal nº 4.525/2017 e, junto a ela, foram adicionados diversos anexos com a finalidade de demonstrar e apresentar as alterações.


Neste sentido, não há vício de iniciativa na matéria, tendo em vista que, legislar sobre Plano Plurianual é competência privativa do Poder Executivo, nos termos da Constituição Federal, da Constituição Estadual, e através do atendimento ao princípio da simetria, também da Lei Orgânica Municipal.

A proposição se adequa às disposições legais inseridas no texto constitucional e na Lei Orgânica Municipal, portanto, esta comissão manifesta-se favoravelmente à aprovação do Projeto de Lei nº 090/2019.

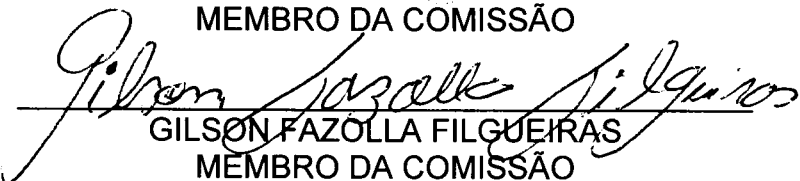
Ubá, 25 de novembro de 2019.



JOSÉ ROBERTO REIS FILGUEIRAS
PRESIDENTE DA COMISSÃO



EDEIR PACHECO DA COSTA
MEMBRO DA COMISSÃO



GILSON FAZOLLA FILGUEIRAS
MEMBRO DA COMISSÃO